



DF

Apesar de o risco da remoção afegir permanentemente os moradores da Vila Paranoá, a falta d'água aparecia como o item a exigir solução mais imediata, num abaixo-assinado entregue ao governo no último dia 6 contendo as principais reivindicações de mil invasores

voltar para a favela. "Pena que aqui toda criança tem verme por causa da água".

Mas o principal motivo pelo qual muita gente prefere a vila a uma casa da SHIS em alguma das cidades-satélites, como Raimunda Soares, é o peixe pescado na beira do lago. "A maioria das pessoas aqui vive do peixe". D. Alzira Barbosa, mãe de cinco filhos, viúva, sessenta anos, conta que levanta as quatro da manhã para pescar. "Com os carazinhos que pego é que me alimento. O restante eu vendo para as outras necessidades". Para os moradores, o peixe da barragem é a coisa mais importante para o lugar, pois, diante da pobreza, o maior drama é, principalmente, sobreviver.

INCERTEZA

A diretoria da Associação dos Moradores da Vila Paranoá reconhece que alguma coisa mudou em relação à invasão na atual administração. "Por exemplo: este foi o primeiro ano que as crianças da Colônia de Férias", lembra João Vieira Nuvem. Além disso, depois de muitos governos, a Telebrasília resolveu instalar um orelhão no início do ano. Porém, nada de mais definitivo foi concretizado. Na conversa com Paulo José dos Santos, no Palácio do Buriti, o GDF evitou anunciar qual seria o real destino da vila. Afirmou-se apenas que qualquer medida a respeito do problema seria elaborada em comum acordo com os moradores.

Raimundo Rodrigues da Luz, secretário da Associação, lembrou que os moradores esperam uma solução definitiva, pois a situação de constante incerteza aflige muito a comunidade que não pode organizar sua vida. Para o secretário, não há outra decisão viável para os invasores senão a legalização de sua permanência no local. Universitários do Projeto Rondon até já levaram uma carta para a maior favela do DF. Mas ela foi transferida para a competência do governo do Distrito Federal que, ultimamente não diz nem sim, nem não.

Vila Paranoá: antiga ilusão que agora se torna dura realidade

EDSON BEU

Dez mil moradores esprimidos entre 1.500 a 2 mil barracos, formando vielas por onde escoam toda espécie de dejetos e por onde zunem os mosquitos atraídos por um mal cheiro que as marinhas dos favelados já se acostumaram. A água é buscada de lata em lata, contaminada. Não existe nenhum policiamento, nenhum posto médico, farmácia, nenhum equipamento de lazer. O comércio é precário, caro para uma população cuja renda fica abaixo do salário mínimo. Assim é a Vila Paranoá, o maior foco de pobreza do Distrito Federal, situada a 25 quilômetros do Plano Piloto.

A vila nasceu junto com a Capital. Era um acampamento dos primeiros peões de obra ali instalados para a construção da barragem. Concluído o trabalho, os peões continuaram e muitos outros foram chegando, atraídos pela dedicação, de que à beira da barragem o peixe era uma garantia de vida. Mas os planos originais de Brasília não previram para o local nenhuma invasão. O governo do Distrito Federal então, há anos vem pensando removê-la, sem saber como. As administrações anteriores entre uma ameaça e outra, resolveram não implantar nenhum beneficiamento comunitário, supondo que uma política de completo abandono acabaria dispersando os moradores sem condições de sobreviverem. Um engano.

A vila cresceu. Para lá foram a LBA e o Projeto Rondon. Foi criada uma Associação de moradores no final do ano passado para coordenar as reivindicações da comunidade e tentar sensibilizar o GDF. Mas os problemas continuam.

AGUA

Qualquer morador responde que o maior problema do lugar é a falta d'água. Maria Nunes, por exemplo, casada, mãe de quatro filhos, cinquenta anos, do Piauí, faz diariamente mais de cinco viagens até uma bica que serve toda a favela. Além disso, nem toda hora do dia tem água na torneira. Ano passado o drama agravou-se porque a CEB cortou a energia que faria funcionar uma bomba e levava a água da fonte à favela. Naquela ocasião, como conta Maria Nunes, era preciso levantar cinco horas da manhã para pegar à fila e só voltar com uma lata d'água na cabeça já pelo meio-dia.

No último dia 6, a diretoria da Associação dos Moradores da Vila Paranoá em audiência com o chefe de gabinete do governador Aimé Lamaison, Paulo José Martins dos Santos, entregou um abaixo-assinado contendo as principais reivindicações dos "invasores". Apesar de a remoção afegir muito os moradores, a falta d'água aparecia como o item a exigir solução mais imediata. Mais de mil favelados assinaram o abaixo-assinado que tinha como anexo um laudo de análise do Instituto de Distrito Federal, datado de dezembro de 79, sobre as con-

dições da água ali bebida, nos seguintes termos: "O produto apresenta-se em condições higiênicas insatisfatórias, por apresentar contagem alta de microorganismos do grupo coliforme total e fecal". Até hoje, porém, como observa Raimundo Rodrigues da Luz, secretário da associação, mesmo ciente que a população está bebendo água contaminada, o governo não tomou nenhuma providência.

Os moradores vivem agora da intenção do Projeto Rondon de instalar um poço no local. Foi até elaborado um projeto, mas faltaram recursos para executá-lo, e apoio da Secretaria de Serviços Sociais do DF, que declarou que qualquer beneficiamento apenas iria promover a fixação da favela, idéia contrária aos planos do GDF, conforme o secretário David Boianovsky disse em uma reunião com legionários da LBA.

POSTO

Na ausência de um posto médico para os casos de emergência muita gente já morreu na Vila Paranoá, conforme afirma João Vieira Nuvem, presidente da Associação recém-criada. A única coisa que existe em termos de saúde é um posto de vacinação na LBA e uma farmácia que, como diz Raimundo Soares, vende comprido ao dobro do preço e até remédios de amostra grátis. A instalação de um posto médico vem sendo também negada de governo a governo, sob a política de não beneficiar, e assim, promover a fixação da favela.

SEM LAZER

Por ali não existe nenhum equipamento de lazer. "Nem um campo de pelada", como lembra Moacir Rodrigues, nem um parque para as crianças, como observou Antônia Marques de Sousa, cearense, mãe de dois filhos, casada com um pedreiro. Para Antônia de Sousa o único lugar que as mulheres têm para sair de casa no final de semana, é a missa, "quando não falta padre no domingo". No mais, os homens vão beber cerveja complementa Benedito de Oliveira. Antônia Marques de Sousa reclama da falta de energia elétrica, pois, segundo, conta, depois das 16 horas até a manhã do outro dia, a energia da vila não dá para funcionar uma geladeira ou uma TV. Com isso, nem mesmo as novelas servem de passatempo para a comunidade.

A propósito, a energia elétrica foi outro problema levantado pelo documento da Associação dos Moradores ao conhecimento do GDF.

COMÉRCIO

O comércio da invasão é caracterizado por um amontoado de mercearias que vendem desde tomate, cachaça, a panela de pressão, e a preços que oneram ainda mais o pouco rendimento familiar da população. Uma lata de óleo de cozinha custa Cr\$ 40,00, o quilo de

farinha de mandioca Cr\$ 28,00, o arroz Cr\$ 26,00, do açúcar Cr\$ 26,50. O pacote de macarrão de 1 quilo custa Cr\$ 18,00, a barra do sabão Rio Cr\$ 8,00. Não tem feijão preto, apenas o roxão a Cr\$ 40,00 o quilo. Domingo, uma feira-livre responde pelo atendimento do complemento das necessidades alimentares daquela gente.

TERRACAP

Nas vésperas do carnaval, a Terracap desmontou cerca de 500 barracos instalados repentinamente nas adjacências da vila. O governo não adotou nenhuma medida contra os barracos anteriormente instalados e cadastrados pela Secretaria de Serviços Sociais. O superintendente da Terracap cumpriu a política de coibir a expansão das invasões. Até o final da semana, porém, com a ordem de desocupação, muitos ainda não sabiam para onde ir com seus filhos e seus pertences. Paulo de Oliveira, por exemplo, pai de dois filhos recebeu das assistentes sociais do GDF a promessa da passagem para voltar com sua família para São Paulo, sua cidade de origem. Ou um emprego em uma chacara em Brasília.

Paulo de Oliveira negou a proposta, pois, como muitos outros, morar perto da vila é muito bom, em função do mercado de trabalho oferecido pelas mansões do setor Norte e Sul do Lago, como jardineiro, zelador e outros subempregos. Além da oferta do peixe.

As proibições contra a expansão dos barracos da favela continuam gerando polêmica. Janice

de Sousa, casada com um pedreiro, mãe de quatro filhos, accusa os fiscais da Terracap de corrupção. "O Ferreti é o pior deles", conta a moradora. "Uns, ele deixa ampliar, outros não. Quem tem renda para pagar cachaça para ele, ele deixa fazer. Não devia ser assim. Se é Lei é Lei".

FAMÍLIA

Em geral, os barracos da vila são abarrotados por famílias numerosas. Em cada barraco, às vezes, mora mais de uma família. A porta e o quintal cheiram muito mal. Mas, apesar da miséria, em alguns barracos é possível encontrar uma televisão numa sala de chão batido e de pouca acomodação. Raimunda Soares, por exemplo, tem doze filhos. Cearense, e casada com um borracheiro que trabalha na Secretaria de Segurança Pública do DF por um salário mínimo. O barraco tem seis cômodos, mas dois ficam alugados a Cr\$ 400,00 cada, para "comprar o pão e o leite dos meninos". Ela e os filhos buscam todo dia doze latas d'água na bica a 500 metros de distância.

"Aqui é que é o lugar para o pobre morar", afirma Raimunda Soares. "Não tem morte nem assalto", apesar da inexistência de policiamento, como acrescenta. Assim como quase toda a comunidade da favela, ela diz que "a LBA é uma mãe" ali. "Dá cadero, uniforme, leite e comida para a pobreza. Se não fosse a LBA, muita gente já teria morrido". Ela conta também que já ganhou uma casa da SHIS em 1973, no Gama. Mas com o marido ganhando pouco, o jeito foi vender por dois mil cruzeiros o direito do imóvel e

